

## **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial<sup>1</sup>**

José Gonçalves Gondra

Entre a Independência e a administração central de mais longa duração de nossa história – o reinado de D. Pedro II, entre 1822 e 1889 – , foi sendo consolidado um projeto de Estado Nacional: o Estado Imperial<sup>2</sup>. Processo este que exigiu intervenções em diferentes esferas, sendo que no presente estudo a ênfase incidiu na reflexão dos aspectos vinculados à esfera da educação. No que se refere à formação em nível superior, local, esta buscava selar a vontade de atender aos interesses do Estado e, simultaneamente, fomentar o culto à razão. Isto posto, tornou-se necessário pensar e examinar o processo de construção e o modo como este projeto de ilustração tropical foi regido. No entanto, neste trabalho me fixei no exame de uma fração da ilustração brasileira oitocentista, formada no Rio de Janeiro. Deste modo, promovi um exame da constituição do campo médico, e, no interior do mesmo, procurei analisar as representações produzidas acerca dos projetos de formação dos próprios médicos e da população de um modo geral. Assim sendo, duas indagações preliminares foram delineadas e percorridas: Como a medicina se institucionalizou no século XIX? Que estratégias os médicos articularam para obter e manter legitimidade política e social?

Esta dupla interrogação levou-me a estudar a institucionalidade da ordem médica, na Corte, ao longo do século XIX. Com isto, procurei analisar o projeto de educação escolar formulado pela intelectualidade médica formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesta direção, privilegiei uma reflexão acerca dos lugares de formação dos médicos: o de formação escolar inicial, que habilitava ao exercício da profissão, bem como o de formação continuada, proporcionado por intermédio das atividades promovidas pela sociedade científica da ordem médica, a Academia Imperial de Medicina.

A caracterização destas duas instituições foi apoiada em um conjunto de estudos sobre a história das mesmas, da representação destas nas teses e na legislação correlata, bem como da leitura de memórias da faculdade, com a intenção de entrecruzar fontes, de modo a poder perceber aproximações, alianças, tensões e privilégios contidos em umas e outras. Além de estabelecer uma ancoragem institucional relativa aos discursos analisados, procurei olhar para a coleção constituída como um material construído a partir de lógicas que seria necessário tematizar. Nesta direção, problematizei também a própria concepção de autoria que atravessa o *corpus* documental examinado, tomando como base a auto-representação que os médicos fazem de si, do tema que abordam e da própria escrita da tese.

Em seguida, analisei as representações que os médicos produziram da cidade e de seu povo. Com relação ao espaço da Corte Imperial, procurei identificar os modos diferenciados de representá-lo, presentes tanto nos discursos de viajantes e de médicos, como no texto das teses. Na diversidade das narrativas, sobressalta a incidência da representação de uma cidade partida.

A mais bela, caso fosse vista do alto ou de longe, condição em que os elementos topográficos, botânicos, climáticos e celestes, conjugados, definiam um quadro de rara beleza. No entanto, estes mesmos narradores, ao ingressarem no espaço físico da cidade, recobriam a mesma com novos adjetivos: feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada. É, pois, vivendo e estudando em um espaço no qual natureza e cultura digladiam, que os médicos tropicais são formados, de modo a forjar fórmulas para aproximar a cidade que recusavam de um mundo natural idealizado. Para aproximar a cidade vista do “alto e à distância” da cidade percebida em seu cotidiano, a racionalidade médica procurou elaborar um projeto de formação a ser desenvolvido na rede escolar, o qual supunha a necessidade de escolarizar em sintonia com uma espécie de “prontuário” oferecido pela ciência médica.

Finalmente, detive-me na análise das representações que este tipo específico de discurso constituía acerca da educação escolar. Esforço final que tornou possível perceber que a perspectiva civilizatória com que a educação foi considerada constitui-se em uma tônica do discurso médico<sup>3</sup>.

Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica. Assim, planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado, este modo de intervenção funcionaria como um efetivo programa civilizador, erigindo nos trópicos uma réplica complexa do que era, então, considerado como padrão civilizatório a ser disseminado, imposto e adotado no mundo ocidental<sup>4</sup>.

No interior da ordem médica foi gestado um modelo bem determinado de organização escolar. Isto é o que pôde ser percebido nesta pesquisa, baseada na leitura da legislação médica no século XIX, em memórias históricas das instituições e de alguns personagens do campo médico, de incursões tópicas em relatórios de Ministros dos Negócios do Império, de professores e de viajantes estrangeiros, jornais, boletins e fontes literárias, bem como do levantamento exaustivo das teses defendidas junto à FMRJ no período referido, seguido de uma dupla seleção, sendo a primeira recortada pelo critério de uma medicina preocupada com aspectos sociais, e a segunda, de uma medicina preocupada com aspectos da educação escolar.

### **Questões da Pesquisa em História da Educação**

O projeto de educação escolar formulado pela racionalidade médico-higiênica, entretanto, não havia sido constituído em objeto de estudo sistemático, pelo menos do modo como foi analisado nesta pesquisa<sup>5</sup>. Do ponto de vista da medicina, isto pode ser explicado por uma crescente especialização dos ramos mais técnicos do campo médico, em detrimento de uma medicina do social. Tal movimento articula-se, também, a uma crescente especialização do

discurso pedagógico, que passa a criar instituições próprias de legitimação no interior do aparelho do Estado e fora dele, para as quais a atenção se volta de modo prioritário<sup>6</sup>. Do lado da medicina, uma espécie de abandono; do lado da educação, uma espécie de não reconhecimento da tradição dos preceitos médico-higiênicos na modelagem do padrão escolar moderno, em favor de ações associadas a outras preocupações e campos disciplinares distintos aos quais atribui maior legitimidade. Este duplo movimento logrou produzir uma geografia do esquecimento em estudos de história da educação, da qual o discurso médico faz parte.

Além deste, a emergência de uma historiografia da educação panorâmica, economicista, etapista, sociologizante e centrada, sobretudo, nas políticas oficiais, ou, em outro registro, ancorada em uma história das idéias pouco preocupada com a institucionalização das mesmas, fez com que as iniciativas produzidas em campos disciplinares laterais<sup>7</sup> não merecessem atenção de parte expressiva dos estudos em história da educação<sup>8</sup>. Ao eleger as representações médicas acerca da educação como objeto desta investigação, tornou-se perceptível que não é recomendável, pelo menos em se tratando do século XIX, trabalhar com fronteiras disciplinares muito rígidas, nem com esquemas interpretativos muito esquemáticos, nem tampouco com um único *corpus* documental e, com isto, afirmar uma educação inexistente, ora porque um Estado omissivo, ora porque uma economia dependente, ora porque a legislação é tomada como uma falácia em que o que conta é mais o verniz da igualdade do que propriamente intervenções objetivando uma maior equalização dos problemas educativos.

Ao trabalhar o discurso médico como objeto e fonte para pensar as representações que o mesmo procurou instituir acerca da educação escolar, as fronteiras disciplinares se embaralham em nome de uma ciência que se auto-representava como ciência-mãe. Os esquemas interpretativos previamente definidos tornam-se insuficientes, porque o jogo que se joga no interior da corporação médica não é precisamente o jogo exclusivo – ou, em última instância, o jogo econômico. O projeto civilizatório ocidental é aquele que vai desempenhar papel decisivo na definição das regras do jogo e, nele, o discurso da ciência adquire papel capital, assumindo e produzindo formas, as mais diversas, para obter legitimidade, rompendo as fronteiras das organizações médicas, abrigando-se na imprensa, na literatura, na arquitetura, na urbanização e, inclusive, na esfera da religião.

Neste jogo, a educação é multifacetada. Cada uma das faces liga-se, contudo, ao referido projeto civilizatório, pois para os higienistas era necessário formar o homem, dominando a natureza na qual encontrava-se inscrito e domando a própria natureza do homem. Para educar esta dupla natureza, nada podia escapar ao controle da ciência, de modo que as suas predições pudessem ser efetivamente comprovadas. Neste sentido, o retorno a Hipócrates constituiu-se em uma estratégia eficiente e feliz, porque permitia recuperar e colocar sob o domínio da medicina não apenas o corpo dos indivíduos, mas também as águas, os ares e os lugares. A razão é, ao mesmo tempo, expansionista e fragmentadora. Expande-se para colocar tudo sobre os domínios

da razão, fragmentando tudo aquilo que sob o seu domínio é colocado, de modo a melhor conhecer e decifrar os enigmas da natureza.

### **Higiene e Educação Escolar**

No que se refere à educação escolar, a ciência-mãe, com feição e procedimentos imperialistas, fragmenta-a na análise dos arredores, dos interiores, do vestuário, da alimentação, dos movimentos, das excreções, dos órgãos do sentido, do desenvolvimento corporal, da formação da própria inteligência e da formação moral. A grande promessa ou utopia era a de que, considerados todos estes aspectos, em suas múltiplas, complexas e inesperadas combinatórias, acompanhando-se os diagnósticos e as prescrições apresentadas pela ordem médica, se estaria fazendo com que o País efetivamente trilhasse o caminho que o elevaria ao seu tempo, conformando uma verdadeira civilização abaixo do Equador. Uma civilização que pouco ou nada diferisse daquela que habitava o velho mundo, embora, para isto, algumas diferenças devessem ser consideradas: os temperamentos, as alimentos, o clima e a topografia, dentre outras. Diferenças cujo respeito encontrava-se justificado pela necessidade de se produzir um homem novo, um homem com interioridade, um homem com religiosidade, um homem higienizado.

Enfim, vale advertir que a complexidade do jogo não se encontra definida apenas nestes termos, pois a racionalidade médico-higiênica não deve ser compreendida nem como lugar de consenso, nem como restrita à formulação de um programa escolar.

As disputas perceptíveis naquilo que se refere ao modelo escolar, distribuição do tempo, rotinas, práticas, mecanismos de controle, métodos de ensino, material e mobiliário escolar, para enumerar alguns, constituem-se em signos de uma razão inquieta, de uma racionalidade que conflita e de posições em disputa, isto é, de um campo em processo de organização e autonomização. Tensões que ora ganham expressão de um debate de caráter mais técnico, ora exprimem-se no bojo de um ambiente que favorece a discussão acerca do regime político mais adequado ao encaminhamento e resolução das referidas questões, de modo a constituir um sistema de educação nacional. Politizado com ênfase em um ou outro termo, o que se observa é a existência de um campo disciplinar em funcionamento – a higiene –, no qual as posições exprimem o estágio e grau de intensidade do debate travado em torno das questões educacionais no interior do referido campo. Neste sentido, torna-se impróprio referir-se a uma doutrina higiênica que teria representado a educação escolar de modo integralmente uniforme. Assim sendo, a convergência na crença da educação como *medida* e como *remédio*, com vista a se instaurar uma ordem civilizada nos trópicos, por si só não deve ser tomada como indicador de homogeneidade da referida doutrina.

Na construção do modelo escolar diferenciado dos claustros e quartéis, a higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. Necessidade que, de sua parte,

encontrava-se determinada pelo horizonte de um ambiente, cidade e população representadas sob um amplo rol de adjetivos negativos. Nessa chave, a escola é alçada à condição de elemento necessário e, por vezes, suficiente para alterar os adjetivos imputados à Corte do Rio de Janeiro e a seu povo.

No minucioso projeto médico-higiênico, a localização e edificação dos prédios escolares configuram-se nas preocupações iniciais, por intermédio das quais se objetivava afastar os escolares do mundo urbano, preservando-os não só das doenças, como da perniciosa ação moral que a cidade poderia exercer sobre os indivíduos em formação. A nova arquitetura, por sua vez, encontrava-se moldada para distribuir competências, hierarquias, disciplina e moral, objetivos perseguidos pelo acionamento de procedimentos cada vez mais específicos. Nesta direção, cobrindo, protegendo, modelando, limpando, nutrindo, hidratando, exercitando, robustecendo, regulando a eliminação dos resíduos corporais e apurando os sentidos, a escola, assim constituída materializa a crença no poder indeterminado da razão, a partir do que, o que pudesse ser considerado como algo da natureza humana é transformado em objeto de um planejamento e intervenção racional. No entanto, os limites da razão não se encontram circunscritos a estes aspectos. A racionalidade médico-higiênica também procura submeter as faculdades do homem à sua lógica, constituindo com isto, uma efetiva pedagogia das faculdades<sup>9</sup>, em que o desenvolvimento do corpo, da inteligência e da moral deveria ser pautado nas prescrições consolidadas nas instituições e pelos representantes da razão médica.

Se a doutrina higiênica não deve ser entendida como um corpo homogêneo e contínuo, as representações médicas acerca da educação escolar não devem, do mesmo modo, ser consideradas apenas como um programa. A arquitetura, os manuais de ensino, os estabelecimentos escolares criados e dirigidos por médicos, a presença dos mesmos na direção de órgãos públicos, bem como a disseminação das referidas representações nos cursos normais<sup>10</sup> e livros escolares<sup>11</sup> permitem afirmar que o programa escolar codificado no ambiente médico irradiou-se para além das instituições e da comunidade médica, em seu sentido mais estreito<sup>12</sup>, sendo apropriado e tendo sido transformado em práticas pedagógicas, extravasando, inclusive, os limites espaço-temporais da Corte oitocentista e os limites conceituais da própria higiene.

Com relação aos limites espaço-temporais os trabalhos de Carlos Sá (1925)<sup>13</sup>, Moncorvo Filho (1926)<sup>14</sup>, Miguel Couto (1927)<sup>15</sup> e Afrânio Peixoto (1938), o I Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia<sup>16</sup>, a I Conferência Nacional de Educação<sup>17</sup> e os estudos mais recentes desenvolvidos por Carvalho (1997 e 1998a)<sup>18</sup>, Rocha (2003)<sup>19</sup> e Stephanou (1999)<sup>20</sup>, dentre outros, atestam o transbordamento da doutrina higiênica para outros espaços e regiões, já no século XX.

Com relação à expansão conceitual da higiene, os trabalhos de Domingues (1942)<sup>21</sup>, Kehl (1927<sup>22</sup> e 1939)<sup>23</sup> e o estudo de Marques (1994)<sup>24</sup> indicam que a vontade de produzir um homem novo desdobrou-se nos estudos da genética humana, base, então, para a eugenia<sup>25</sup>, ciência que

colocava em seu horizonte a conquista de um “tipo humano mais perfeito do que o existente”, definindo como seu objetivo “o aumento do número dos tipos humanos normais e a diminuição e o desaparecimento final dos subnormais, dos geneticamente inferiores” (Domingues, 1942, p. 33). O entendimento de que a eugenia seria um desdobramento possível da higiene é partilhada por Peixoto (1938), ao afirmar que a eugenia constitui-se em um capítulo novo que “ela começa a escrever”, por intermédio do qual se proveria a espécie humana nos “recursos de escolha dos reprodutores, na sanidade da gestação, na puericultura, na educação física, intelectual e moral, com que o homem adquirirá o esplendor de todas as suas possibilidades biológicas” (p. 281).

As ramificações assinaladas indicam não só a complexidade, continuidade e deslocamentos do objeto aqui estudado, mas também os limites do recorte desta pesquisa, permitindo assinalar, no acento sugerido pelo foco do presente estudo, sinais que, menos do que esgotar as reflexões acerca da educação escolar nos anos oitocentos, estão a sugerir a existência de riquezas ainda pouco exploradas nos trabalhos de história da educação.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, examinei representações médicas acerca da educação escolar na Corte Imperial. Para tanto, analisei os lugares de institucionalização da ordem médica sediados no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, a Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, privilegiando a leitura das teses defendidas nesta última, bem como a análise dos mecanismos institucionais de autorização e legitimação das referidas produções discursivas.

Nas teses médicas, no interior de uma dispersão temática, pode-se perceber que o tema da educação é abordado, a partir de ângulos e ênfases diferenciados. Com base neste levantamento, constituí uma coleção em que a temática educacional encontra-se tratada com grande nível de centralidade, configurando a referida coleção como núcleo central da pesquisa, muito embora o tema da educação compareça em outras teses de forma mais lateral ou subsidiária.

Na análise das representações acerca da educação escolar, a área da higiene emerge como uma ramificação da racionalidade médica, responsável, então, pela dimensão social da mesma. Portanto, foi com base nas contribuições da higiene que o tema educacional foi descrito e tematizado no interior da ordem médica, tendo sido formulado como um efetivo programa a ser implementado.

No projeto de educação escolar, formulado segundo os condicionamentos institucionais, científicos e culturais, a perspectiva civilizatória constitui-se em seu marco organizador, desdobrável no controle dos espaços, do tempo, da nutrição, das vestimentas, da sujeira, dos órgãos dos sentidos, dos corpos, da inteligência e das vontades. Neste sentido, educar e civilizar formam um par com base no qual a racionalidade médica sonhava produzir um homem novo, diante das adversidades com que se referiam ao mundo tropical e ao seu povo. Ambos descritos

sob o signo do atraso pelos homens da ciência impregnados da crença no poder redentor de uma educação higiênica e higienizadora, a qual, definida nestes termos, foi apresentada como condição necessária e, por vezes, suficiente, para fazer com que o Brasil finalmente ingressasse no restrito concerto das nações ditas civilizadas.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é fruto de minha tese de doutorado, recentemente publicada. Cf. GONDRA, José G. *Artes de civilizar – medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

<sup>2</sup> Cf. HOLANDA, Sergio Buarque. *O Brasil monárquico - Do Império à República*. Tomo II - Vol. 5. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977 e MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema - A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994; dentre outros.

<sup>3</sup> Para o caso Português cf. PEREIRA, Ana Leonor & PITTA, João Rui. Liturgia higienista no século XIX – Pistas para um estudo. Portugal: *Revista de História das Idéias*. v. 15, 1993, p. 437-559.

<sup>4</sup> Cf. também o estudo de SPENCER, Herbert. *Da educação intellectual, moral e physica*. Lisboa: Editora Litteraria Fluminense, 1886.

<sup>5</sup> Cf., p. ex., a esse respeito os trabalhos de COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989; MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma - Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar*. (Brasil – 1890/1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 e os de HERSCHMANN, Micael M. *Os poetas do progresso - O discurso médico e a construção do Brasil moderno (1870-1937)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1993. (mimeo), HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A invenção do Brasil moderno - medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994 e HERSCHMANN, M. M., KROPF, Simone & NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso - Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870 - 1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

<sup>6</sup> Valeria lembrar, por exemplo, os procedimentos de formação, seleção, fiscalização e organização da profissão docente e, do mesmo modo, o movimento associativo de caráter acadêmico ou corporativo e a imprensa pedagógica.

<sup>7</sup> Medicina, engenharia, direito, belas-artes e as diversas religiões, por exemplo.

<sup>8</sup> Cf. LOPES, Eliane M. Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Editora Ática. 1989. A partir dos anos 1990 torna-se perceptível um esforço de alteração deste quadro. A esse respeito cf, p.ex. os anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000, 2002 e 2004).

<sup>9</sup> A respeito do deslocamento de uma pedagogia das faculdades para uma pedagogia científica, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX, especialmente em São Paulo, cf. *A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura*. São Paulo, 2000. (mimeo)

<sup>10</sup> Conferir o Regulamento anexo ao Decreto 7684 de 06 de março de 1880, referente à criação da primeira escola normal primária da Corte.

<sup>11</sup> A produção editorial, de caráter didático, dos médicos Abilio Cesar Borges e Joaquim José Menezes Vieira podem ser consideradas como exemplares deste tipo de participação dos médicos na área da educação.

<sup>12</sup> A respeito do ensino de Higiene no ambiente das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, conferir PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. 6<sup>a</sup> edição. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938, especialmente o volume II, p. 275-294.

<sup>13</sup> SÁ, Carlos. *A educação hygienica na escola primaria*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública, 1925.

<sup>14</sup> MONCORVO FILHO, Arthur. *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926.

<sup>15</sup> COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1933.

<sup>16</sup> Ocorrido no Rio de Janeiro entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência.

<sup>17</sup> Ocorrido em Curitiba, em dezembro de 1927. Cf. COSTA, Maria José F., SHENA, Denilson & SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (orgs.) *I Conferência nacional de educação (Curitiba, 1927)*. Brasília: MEC/INEP, 1997.

<sup>18</sup> CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997 e *Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista - São Paulo: EDUSF, 1998.

<sup>19</sup> ROCHA, Heloisa H. P. *A higienização dos costumes – educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

<sup>20</sup> STEPHANOU, Maria. Governar ensinando a governar-se: Discurso médico e educação. In: *Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise, objetos e fontes*. FARIA FILHO, Luciano M. (org.). Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

<sup>21</sup> DOMINGUES, Octavio. Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios (Em cinco lições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

<sup>22</sup> Trata-se da Tese nº 75 apresentada na I Conferência Nacional de Educação, intitulada *O Problema da Educação Sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*. Nesta mesma Conferência, outras teses tangenciam a questão da eugenia, como a de Meira de Angelis Nicolau (*Pela Perfeição da Raça Brasileira*), e outras tratam diretamente da higiene.

<sup>23</sup> KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres – Problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

<sup>24</sup> MARQUES, Vera R. Beltrão. *A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

<sup>25</sup> De acordo com Domingues, o termo foi cunhado por “Sir Francis Galton”, em 1883, tendo sido reforçado em 1900, após a “redescoberta” das leis de Mendel aplicadas à raça humana (1942, p. 19).